

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2018

DENOMINAÇÃO: SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social

MORADA: Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 – r/c Dto

LOCALIDADE: Maia

FREGUESIA: Maia

CONCELHO: Maia

COD. POSTAL: 4470-158


(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Maia _____ , _____

Maia _____ , _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

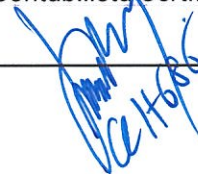
SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 510971253
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-18	31-dez-17
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	728,01	1 234,52
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	1 827,03	1 227,89
		2 555,04	2 462,41
Ativo corrente			
Inventários	6	355,00	201,00
Estado e outros entes públicos	11.8	182,65	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	9 853,00	7 415,00
Diferimentos	11.4	5 476,36	4 439,76
Outros ativos correntes	11.3	263 124,68	125 001,02
Caixa e depósitos bancários	11.5	15 958,57	6 413,24
		294 950,26	143 470,02
Total do ativo		297 505,30	145 932,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	19 382,13	19 382,13
Resultados transitados	11.6	-57 044,04	-8 801,60
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	593,33	814,04
		-37 068,58	11 394,57
Resultado líquido do período		-6 711,77	-48 242,44
Total dos fundos patrimoniais		-43 780,35	-36 847,87
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	17 456,39	2 287,11
Estado e outros entes públicos	11.8	9 478,71	4 842,99
Diferimentos	11.4	244 846,54	125 954,88
Outros passivos correntes	11.9	69 504,01	49 695,32
		341 285,65	182 780,30
Total do passivo		341 285,65	182 780,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		297 505,30	145 932,43

A Direção

O Contabilista Certificado



SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 510971253

Moe EUROS
da

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	7	40 387,30	35 906,35
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.10	273 398,22	219 384,47
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-25 411,78	-23 521,45
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-77 808,12	-59 678,64
Gastos com o pessoal	9	-224 714,22	-212 225,76
Aumentos / reduções de justo valor	11.12	1,28	0,00
Outros rendimentos	11.13	93 655,60	83 751,89
Outros gastos	11.14	-85 713,54	-91 133,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-6 205,26	-47 516,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-506,51	-582,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6 711,77	-48 099,41
Juros e gastos similares suportados	11.15	0,00	-143,03
Resultados antes de impostos		-6 711,77	-48 242,44
Resultado líquido do período		-6 711,77	-48 242,44

A Direção

O Contabilista Certificado

SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		38 121,60	34 877,01
Pagamentos a fornecedores		-34 298,14	-38 408,49
Pagamentos ao pessoal		-136 326,08	-144 397,49
Caixa gerada pelas operações		-132 502,62	-147 928,97
Outros recebimentos/pagamentos		141 598,98	126 384,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		9 096,36	-21 544,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	400,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		64,02	333,31
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		64,02	733,31
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	5 696,19
Doações		384,95	3 405,13
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-5 790,00
Juros e gastos similares		0,00	-143,03
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		384,95	3 168,29
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		9 545,33	-17 642,40
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 413,24	24 055,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.5	15 958,57	6 413,24

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 510971253

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	CATL	Centro Apoio à Vida	CLAIM	POISE	FAMI/299	FAMI/167	PERÍODOS	
								2018	2017
Vendas e serviços prestados		36 857,30	1 370,00	2 160,00	0,00	0,00	0,00	40 387,30	35 906,35
Custo das vendas e dos serviços prestados		-89 978,40	-111 125,15	0,00	0,00	0,00	0,00	-201 103,55	-220 507,22
Resultado Bruto		-53 121,10	-109 755,15	2 160,00	0,00	0,00	0,00	-160 716,25	-184 600,87
Outros Rendimentos		117 723,13	206 399,95	0,00	22 140,61	809,63	19 981,78	367 055,10	303 136,36
Gastos administrativos		-41 339,40	-39 816,45	-3 249,21	-22 140,61	-809,63	-19 981,78	-127 337,08	-88 236,66
Outros Gastos		-25 776,74	-59 936,80	0,00	0,00	0,00	0,00	-85 713,54	-78 398,24
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		-2 514,11	-3 108,45	-1 089,21	0,00	0,00	0,00	-6 711,77	-48 099,41
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-143,03
Resultado antes de impostos		-2 514,11	-3 108,45	-1 089,21	0,00	0,00	0,00	-6 711,77	-48 242,44
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-2 514,11	-3 108,45	-1 089,21	0,00	0,00	0,00	-6 711,77	-48 242,44

A Direção

Contabilista Certificado

SOCIALIS
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras
2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Ativos Intangíveis	9
6	Inventários	9
7	Rédito	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
9	Benefícios dos empregados	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações	11
11.1	Investimentos Financeiros.....	12
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12
11.3	Outras ativos correntes.....	12
11.4	Diferimentos	12
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	12
11.6	Fundos Patrimoniais	13
11.7	Fornecedores	13
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	13
11.9	Outros passivos correntes	13
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	13
11.11	Fornecimentos e serviços externos	14
11.12	Aumentos / reduções justo valor.....	14
11.13	Outros rendimentos.....	14
11.14	Outros gastos	14
11.15	Resultados Financeiros	15
11.16	Outras divulgações consideradas relevantes	15
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 244, III Série, de 20 de Outubro de 2001, com sede na Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 r/c direito no Concelho da Maia. Tem por objetivos promover e orientar os jovens e familiares na sua integração e valorização pessoal e social. Para realização dos seus objetivos, a instituição propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

- Centros de Atendimento a Jovens e Famílias;
- Ocupação dos tempos livres para crianças e jovens;
- Todas as que se mostrem pertinentes e necessárias para o desenvolvimento harmonioso e saudável de crianças e jovens.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Equipamento Básico	105.814,71				105.814,71
Equipamento de Transporte	40.506,01				40.506,01
Equipamento Administrativo	41.897,23				41.897,23
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.015,37				2.015,37
Ativo Tangível Bruto	190.233,32	0,00	0,00	0,00	190.233,32
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	105.665,78	148,93			105.814,71
Equipamento de Transporte	40.506,01				40.506,01
Equipamento Administrativo	40.811,64	357,58			41.169,22
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.015,37				2.015,37
Depreciações Acumuladas	188.998,80	506,51	0,00	0,00	189.505,31
Ativo Tangível Líquido	1.234,52	-506,51	0,00	0,00	728,01

5 Ativos IntangíveisOutros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de Computador	11.348,49				11.348,49
Ativo Intangível Bruto	11.348,49	0,00	0,00	0,00	11.348,49
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	11.348,49				11.348,49
Amortizações Acumuladas	11.348,49	0,00	0,00	0,00	11.348,49
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	355,00	201,00
Total	355,00	201,00

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	201,00	579,77
Compras	945,85	933,00
Doações	24.619,93	22.209,68
Saldo Final	355,00	201,00
Gastos do Período	25.411,78	23.521,45

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	35.487,30	29.511,35
Quotas e jóias	2.740,00	1.380,00
Outras prestações serviços	2.160,00	5.015,00
	40.387,30	35.906,35
Rendimentos Suplementares	9.541,19	6.613,91
Juros	0,00	0,00
Total	49.928,49	42.520,26

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	2018				2017		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			179.503,56			178.185,96
CM Maia	Não Reembolsável			9.975,00			0,00
POISE	Não Reembolsável			22.140,61			0,00
FAMI	Não Reembolsável			20.791,41			15.516,60
Total		0,00	0,00	232.410,58	0,00	0,00	193.702,56

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram de “11”.

A Entidade teve ao serviço no ano 2018 os seguintes voluntários:

Voluntários	Funções / Atividades	Horas / Ano
1	Auxiliar motorista / tarefaira	1.200
1	Auxiliar motorista/tarefairo	950
1	Motorista	870
4	Apoio ao estudo	320
2	Workshop dança	120
1	Apoio férias	50
Total horas / ano		3.510

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 e 31/12/2017 foi de “17”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	179.840,59	166.493,05
Indemnizações	3.848,00	6.952,67
Encargos sobre as Remunerações	38.481,65	35.902,59
Seguros de Acidentes	1.708,10	1.570,70
Formação Profissional	201,65	361,11
Medicina e Segurança do Trabalho	634,23	945,64
Total	224.714,22	212.225,76

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	1.827,03	1.227,89
Total	1.827,03	1.227,89

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Associados - Quotas	9.853,00	7.415,00
Total	9.853,00	7.415,00

11.3 Outras ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	0,00	40,00
FAMI	126.318,86	123.702,02
POISE	135.181,53	0,00
Outros Devedores	1.624,29	1.259,00
Total	263.124,68	125.001,02

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Renda	1.967,90	1.967,90
Seguros	3.156,19	2.263,76
Outros gastos a reconhecer	352,27	208,10
Total	5.476,36	4.439,76
Rendimentos a Reconhecer		
FAMI	120.597,15	125.954,88
POISE	124.109,39	0,00
Quotas	20,00	0,00
Mensalidades CATL	120,00	0,00
Total	244.846,54	125.954,88

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	464,18	610,62
Depósitos à ordem	10.994,39	3.802,62
Depósitos a prazo	4.500,00	2.000,00
Total	15.958,57	6.413,24

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19.382,13	0,00	0,00	19.382,13
Resultados transitados	-8.801,60	0,00	48.242,44	-57.044,04
Outras variações nos fundos patrimoniais	814,04	0,00	220,71	593,33
Total	11.394,57	0,00	-48.463,15	-37.068,58

11.7 Fornecedores

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	17.456,39	2.287,11
Total	17.456,39	2.287,11

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	182,65	0,00
Total	182,65	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.971,98	1.069,98
Segurança Social	7.448,89	3.724,94
Fundos de Compensação Trabalho	57,84	48,07
Total	9.478,71	4.842,99

11.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		18.436,10		0,00
Credores por acréscimo de gastos Estimativas		29.585,02		30.998,94
Outros credores		21.482,89		18.696,38
Total	0,00	69.504,01	0,00	49.695,32

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	232.410,58	193.702,56
Subsídios de outras entidades	12.000,00	0,00
Doações e heranças – Donativos (dinheiro e géneros)	28.987,64	25.681,91
Total	273.398,22	219.384,47

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	2.992,65	0,00
Serviços especializados	20.606,43	15.949,42
Materiais	2.421,78	1.166,93
Energia e fluidos	9.350,60	10.342,81
Deslocações, estadas e transportes	1.206,46	1.307,94
Serviços diversos	40.209,97	29.628,02
Encargos com utentes	1.020,23	1.283,52
Total	77.808,12	59.678,64

11.12 Aumentos / reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2018 e 2017 os ganhos de “justo valor” nos seguintes instrumento financeiro:

Descrição	2018	2017
FCT – Fundo de Compensação	1,28	0,00
Total	1,28	0,00

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	9.722,23	6.613,91
Imputação subsídios para Investimento	220,71	221,17
Ganhos alienação ativos fixos tangíveis	0,00	400,00
Correções exercícios anteriores	128,76	64,75
Outros rendimentos e ganhos - Inclui injunções tribunal	0,00	650,00
Outros donativos em espécie para oferta cabazes	83.039,90	75.105,75
Outros rendimentos	544,00	696,31
Total	93.655,60	83.751,89

11.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	406,44	153,47
Dívidas incobráveis	0,00	12.735,16
Correções exercícios anteriores	911,33	3.063,64
Quotizações	198,00	228,00
Outros Gastos e Perdas	597,46	0,00
Oferta cabazes famílias	83.600,31	74.953,13
Total	85.713,54	91.133,40

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	143,03
Total	0,00	143,03
Resultados Financeiros	0,00	-143,03

11.16 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres: 60

CAV – Centro de Apoio à Vida: 85

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Maia, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção
